



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

NOVO ARCABOUÇO FISCAL:

Como ele afeta a Educação e as demais áreas sociais?

FACE/UFMG – 27 de abril de 2023

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- A Constituição, em seu artigo 212, estabelece o piso de recursos da área de educação, prevendo que:
- *“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”*

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- Porém, os impostos representam apenas uma parte das receitas dos governos (que são compostas também por contribuições, taxas, empréstimos, etc)
- assim este piso de recursos não tem sido suficiente para que a área da educação resolva suas demandas urgentes, como a significativa melhoria do salários de professores, infra-estrutura, além da tão sonhada implementação da educação em tempo integral.

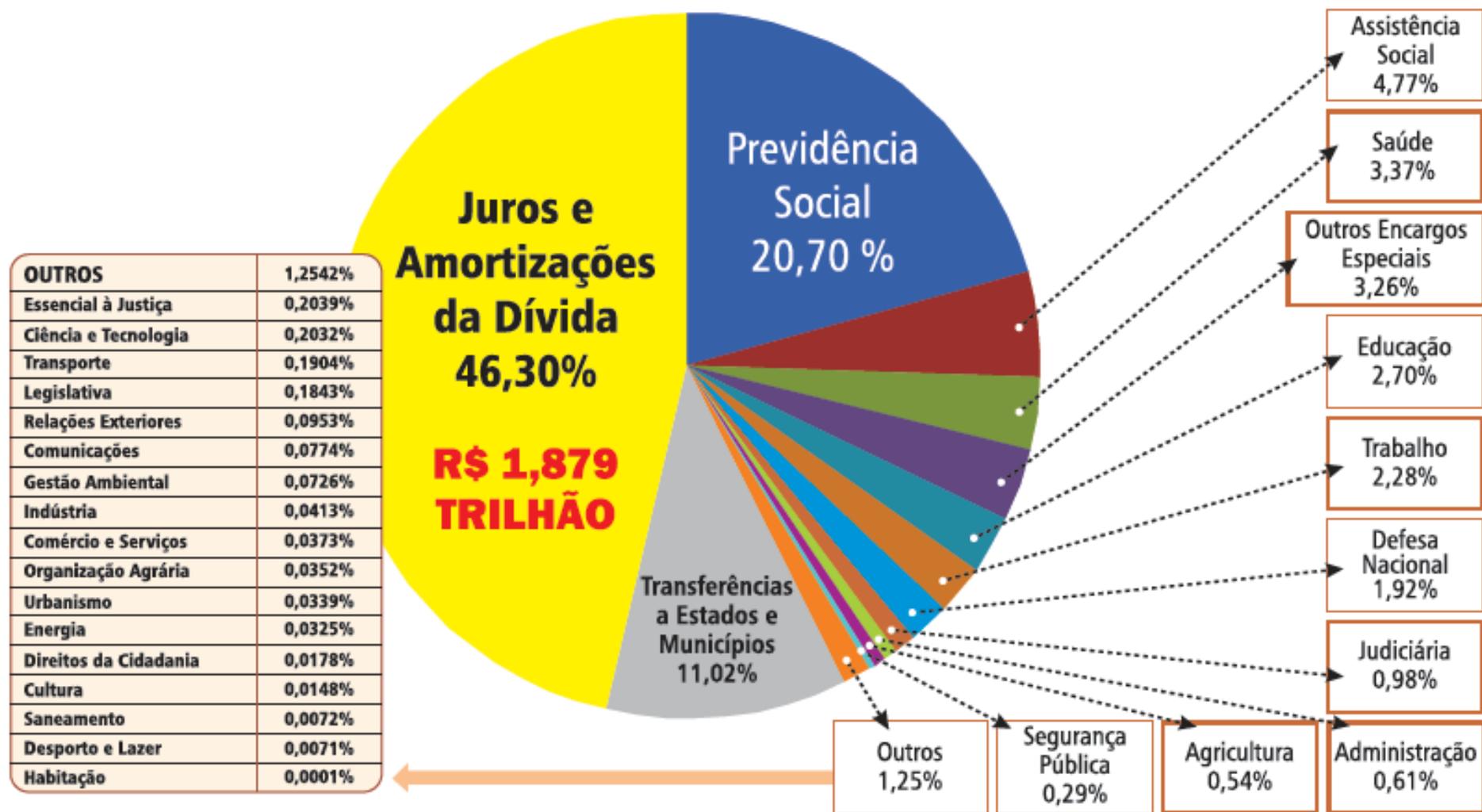
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- Agravando a situação, em 2016, a Emenda Constitucional (EC) nº 95 (teto de gastos sociais) quebrou este já frágil piso na esfera federal, estabelecendo que, por 20 anos, o piso seria reajustado apenas de acordo com a inflação.
- Ou seja, todo o crescimento real da arrecadação de impostos federais (que cresce conforme a evolução da economia) pode ser retirado da educação, que poderá ter seus recursos congelados por duas décadas em termos reais (ou seja, apenas repondo as perdas inflacionárias), a despeito do crescimento populacional do período, e das necessidades urgentes de melhorias nesta área.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

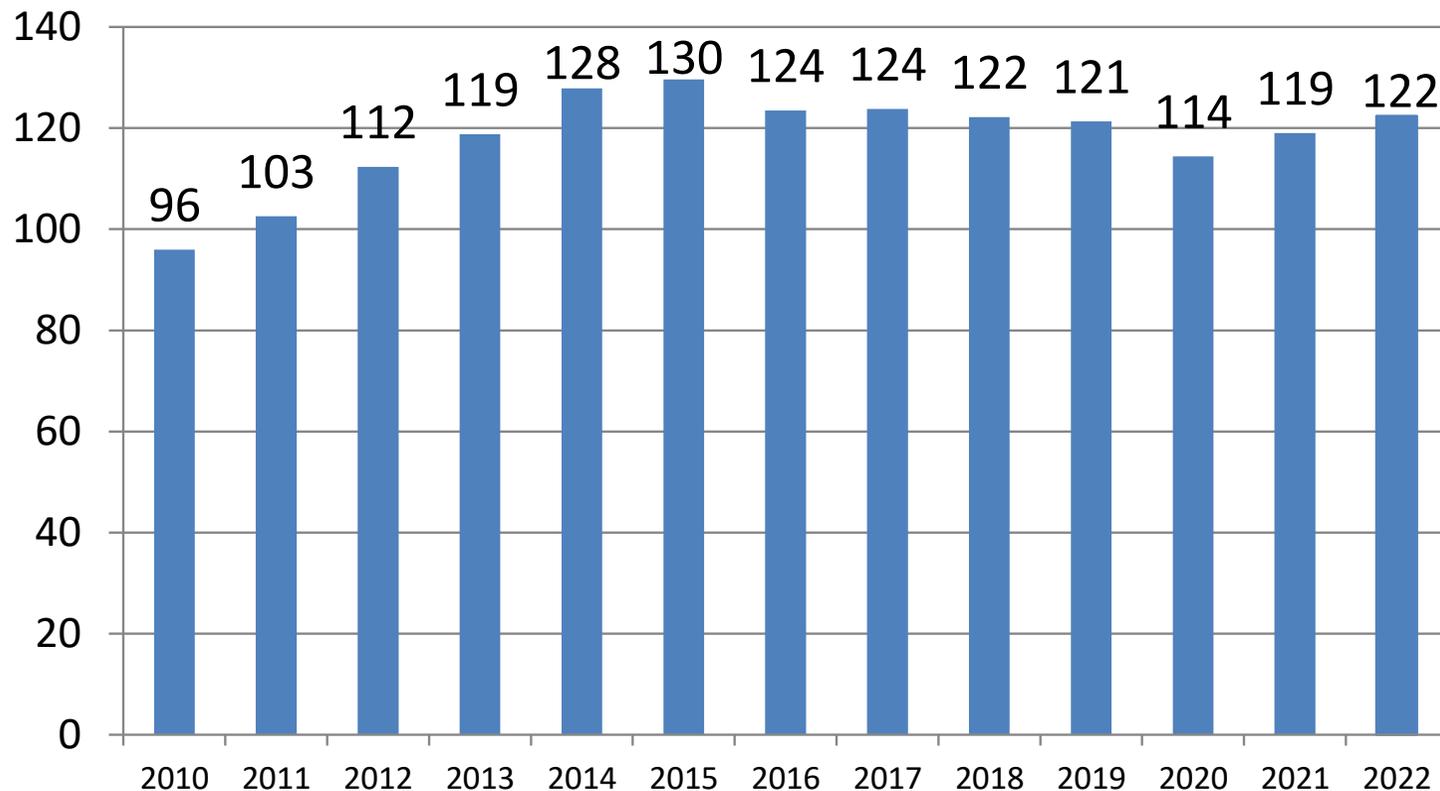
- Apesar do argumento de que a inflação seria apenas um piso (e não um teto) para a Educação na EC 95, qualquer aumento real dos recursos para a educação federal obriga que as demais áreas sociais tenham perdas, para que fiquem dentro do chamado “teto de gastos”.
- Importante ressaltar que a EC 95 não estabeleceu nenhum teto para os gastos com a chamada “dívida pública”, cujos juros e amortizações (pagamento do principal da dívida) tem consumido cerca da metade de todo o orçamento federal, conforme vemos no gráfico a seguir.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



O RESULTADO DA EC 95 - Congelamento de gastos sociais para priorizar o pagamento da dívida pública

Valores Pagos (R\$ bilhões de 2022 - IPCA)
Ministério da Educação

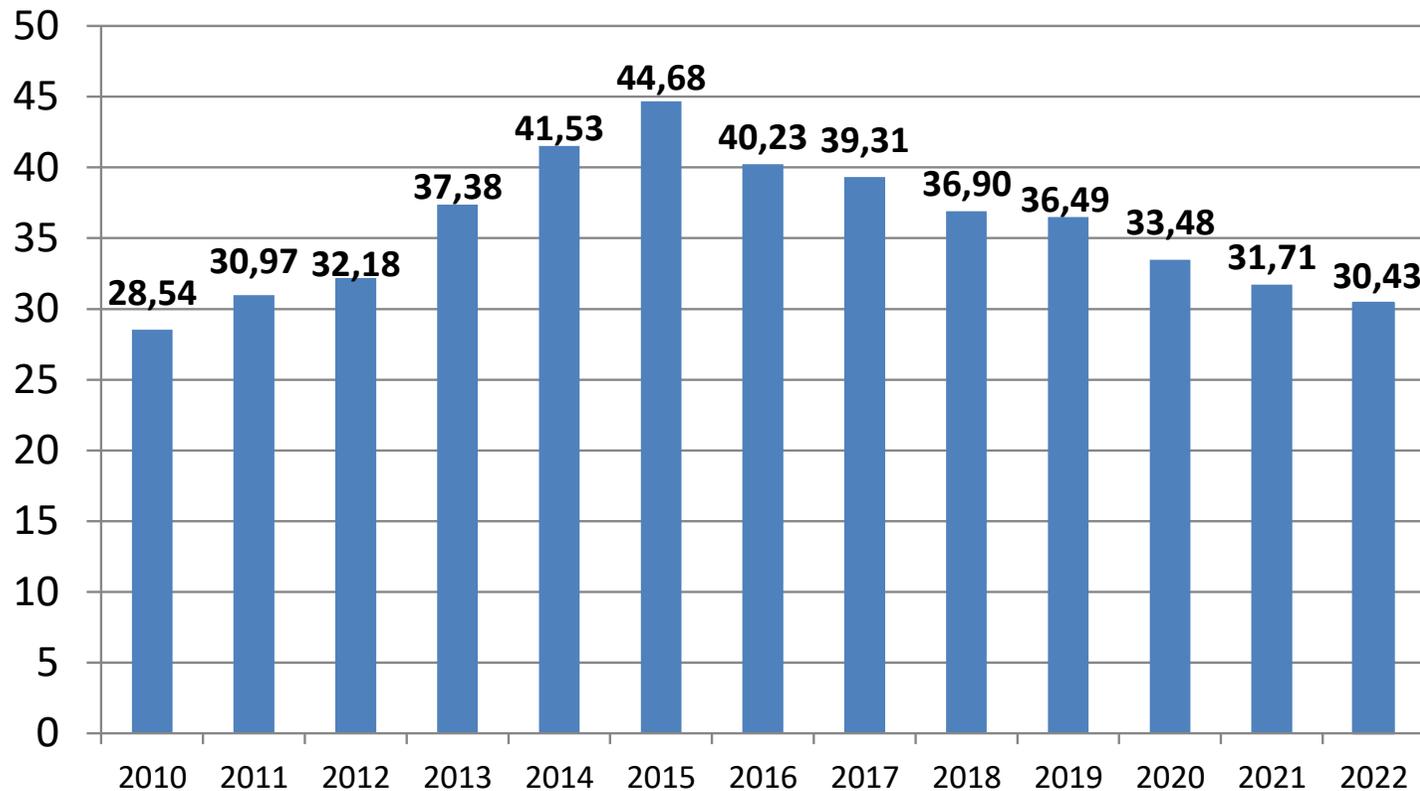


Fonte: SIOP - Painel do Orçamento Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Nota: valores atualizados monetariamente para 2022 (utilizando-se o IPCA).

O RESULTADO DA EC 95 - Congelamento de gastos sociais para priorizar o pagamento da dívida pública

Valores Pagos (R\$ bilhões de 2022 - IPCA)
Ministério da Educação - Ensino Superior



Fonte: SIOP - Painel do Orçamento Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Nota: valores atualizados monetariamente para 2022 (utilizando-se o IPCA).

Previsão do Orçamento Federal para 2023

- **R\$ 2,559 TRILHÕES** para juros e amortizações da dívida pública
- **R\$ 159 BILHÕES** para o Ministério da Educação (16 vezes menos)

➤ Fonte: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9235932&ts=1673995720130&disposition=inline> págs 16 e 29

EMENDA CONSTITUCIONAL 126/2022

“PEC DA TRANSIÇÃO”

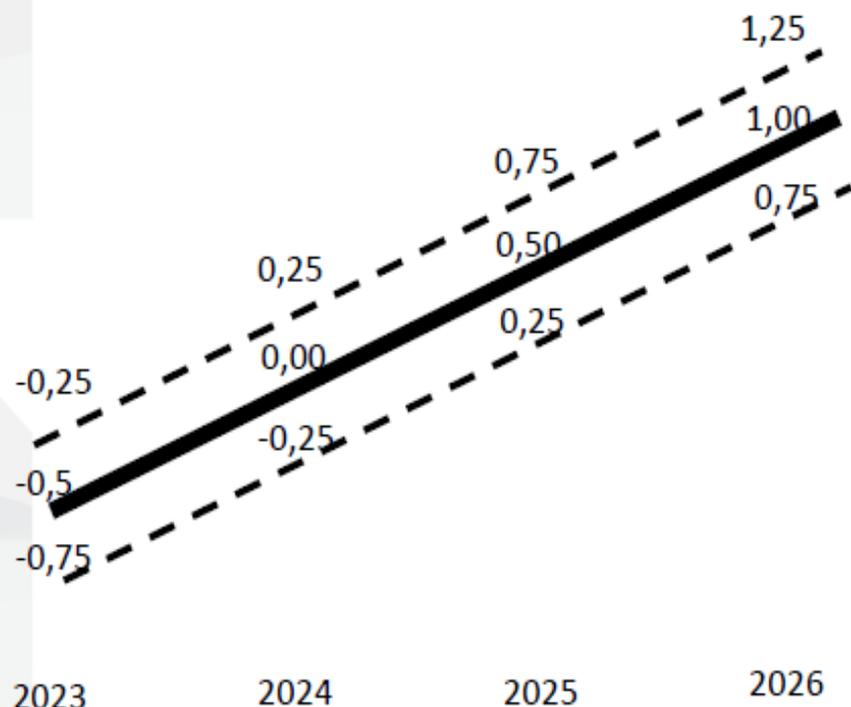
Prevê o fim do “Teto de Gastos” quando for sancionado Projeto de Lei Complementar (encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso até 31/8/2023) prevendo *“regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.”*

QUAL SERÁ ESTE NOVO “REGIME FISCAL”?

**TEMOS DE LUTAR CONTRA MAIS CORTES DE
INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO**

NOVO REGIME FISCAL – APRESENTADO EM 30/3/2023

Compromisso de Primário e Bandas (% PIB)



Expectativas de Mercado em 24/03/23

2023	2024	2025	2026
-1,02	-0,80	-0,50	-0,27

Fonte: Focus BC.

Regras Fiscais para atingimento

1. Compromisso de trajetória de primário até 2026, com meta e banda de variação tolerável.
2. O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% a.a. (mecanismo anticíclico), com FUNDEB e piso da enfermagem excluídos dos limites (regras constitucionais já existentes).
3. Crescimento anual dentro da faixa de crescimento da despesa limitado a 70% da variação da receita primária dos últimos 12 meses.
4. Resultado primário acima do teto da banda permite a utilização do excedente para investimentos.
5. Se os esforços do Governo de aumento de receitas e redução de despesas resultarem em primário abaixo da banda, obriga redução do crescimento de despesas para 50% do crescimento da receita no exercício seguinte.
6. Investimentos possuem piso.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO “REGIME FISCAL SUSTENTÁVEL” : PLP 93/2023

Mantém a estrutura básica do Teto de Gastos Sociais:

- *"Art. 3º Ficam estabelecidos, para cada exercício a partir de 2024 (...) limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias relativas a **despesas primárias**:" (limites individuais para cada Poder - Executivo, Legislativo, Judiciário - e para o Ministério Público da União e Defensoria Pública da União)."*
- *"Art. 4º Os limites individualizados a que se refere o art. 3º serão corrigidos pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (...) acrescidos de mecanismo de variação real da despesa nos termos do disposto neste artigo."*
- *"Art. 9º Para os exercícios de 2024 a 2027: I - o intervalo de crescimento real da despesa a que se refere o inciso I do § 1º do art. 4º observará limite **máximo de 2,5% a.a. e limite mínimo de 0,6% a.a.**"*

Novamente, o teto é só para gastos sociais (“despesas primárias”), enquanto os gastos com juros e amortizações da dívida continuam sem teto nenhum. O PLP 93/2023 parte do pressuposto equivocado de que a dívida tem crescido no Brasil devido aos gastos sociais, e não devido aos juros e outros mecanismos financeiros

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO "REGIME FISCAL SUSTENTÁVEL" : PLP 93/2023

Criação de mais tetos:

- *"Art. 9º Para os exercícios de 2024 a 2027 (...) II - o crescimento real da despesa previsto no caput do art. 4º será cumulativo e limitado a 70% (setenta por cento) da variação real da receita ..."*
- *"Art. 9º - Parágrafo único. O limite de que trata o inciso II do caput será de 50% na hipótese prevista no inciso II do § 3º do art. 4º." (ou seja, se não atingir a meta de superavit primário).*
- *Metas de Superavit Primário (previstas na LDO 2024): 0% do PIB em 2024, 0,50% do PIB em 2025 e 1,00% do PIB em 2026." (dentro de um intervalo de tolerância de 0,25% do PIB)*

O GASTO SOCIAL CRESCERÁ SEMPRE MENOS QUE A RECEITA, PARA SOBRAR CADA VEZ MAIS RECURSOS PARA PAGAR JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA, QUE VAI CONTINUAR NÃO SERVINDO PARA INVESTIMENTOS SOCIAIS.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO "REGIME FISCAL SUSTENTÁVEL" : PLP 93/2023

Da mesma forma que no Teto de Gastos atual, o PLP 93/2023 também exclui do teto:

- *diversos tipos de transferências a estados e municípios (como os Fundos de Participação de Estados e Municípios),*
- *créditos extraordinários (previstos no § 3º do art. 167 da Constituição Federal, ou seja, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública),*
- *despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições,*
- *aumento de capital de empresas estatais não dependentes.*
- *Porém, este último item (aumento de capital de empresas estatais não dependentes), pelo PLP 93/2023, fica restrito a apenas empresas "não financeiras", ou seja, mantém fora do teto a capitalização de possíveis empresas que operem o esquema da "securitização" (o que é temerário) e inclui no teto a capitalização de bancos públicos, prejudicando o desenvolvimento do país.*

PLP 93/2023 - NOVOS ITENS FORA DO TETO:

- complementação ao Fundeb e auxílio a estados e municípios para o cumprimento do Piso da Enfermagem;
- despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações, e as despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em decorrência de desastres ambientais;
- despesas - custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com os demais entes federativos ou entidades privadas - das universidades públicas federais, das empresas públicas da União prestadoras de serviços para hospitais universitários federais e das instituições federais de educação, ciência e tecnologia, vinculadas ao Ministério da Educação, e demais instituições científicas, tecnológicas e de inovação;

ESTE ÚLTIMO ITEM PODE APROFUNDAR A SUBMISSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS A INTERESSES PRIVADOS, PARA PODEREM TER ACESSO A RECURSOS PARA SEU FUNCIONAMENTO.

PLP 93/2023 - NOVOS ITENS FORA DO TETO:

- pagamentos de parte dos precatórios;
- despesas custeadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes federativos para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia;
- transferências a entes federados com recursos de concessões florestais e alienação de imóveis;
- despesas relativas à cobrança pela gestão de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Porém, tais itens são apenas uma pequena parcela dos gastos sociais.

AS EXCLUSÕES DO TETO REPRESENTAM APENAS UMA PEQUENA PARTE DO TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS E EM ALGUNS CASOS AINDA PODEM ESTIMULAR PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO

QUAL SERIA A CONSEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DESSA PROPOSTA DE REGRA FISCAL PARA O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO?

- Por um lado, retoma o piso de recursos para a educação pública federal referenciado na arrecadação de impostos.
- Por outro lado, qualquer aumento nos recursos da educação acima de 2,5% ao ano implica em queda nos recursos das demais áreas sociais.

ALERTA: GOVERNO COGITA MUDAR O PISO CONSTITUCIONAL DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO

AgênciaBrasil
Economia

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

"Segundo a equipe econômica, esses pisos criam problemas porque os gastos totais do governo estão submetidos a uma regra geral, que era o teto de gastos e será substituída pelo novo arcabouço fiscal. Dessa forma, caso os gastos com uma das duas áreas (educação e saúde) cresçam mais que a média das despesas, sobra uma fatia menor para outros tipos de gastos."

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

A AUDITORIA DA DÍVIDA É A FERRAMENTA CAPAZ DE RESPONDER

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela ACD para as autoridades e faça a sua parte!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A sociedade brasileira tem sido extremamente sacrificada com o pagamento da chamada dívida pública sob várias formas.

O SISTEMA DA DÍVIDA:

- Consome a **maior parte do orçamento** federal (cerca de metade, todos os anos) e parte significativa dos orçamentos estaduais e municipais;
- Está por trás de todas as **contrarreformas**, como as da Previdência;
- Tem sido a justificativa para todas as **privatizações** insanas que acontecem desde o governo Collor;
- É o responsável pelo **“Teto de Gastos” sociais**, cortes, contingenciamentos de recursos orçamentários, e **medidas de “ajuste fiscal” (superávit primário, âncora fiscal)** que reduzem investimentos sociais para que sobre mais para pagar os juros da dívida.

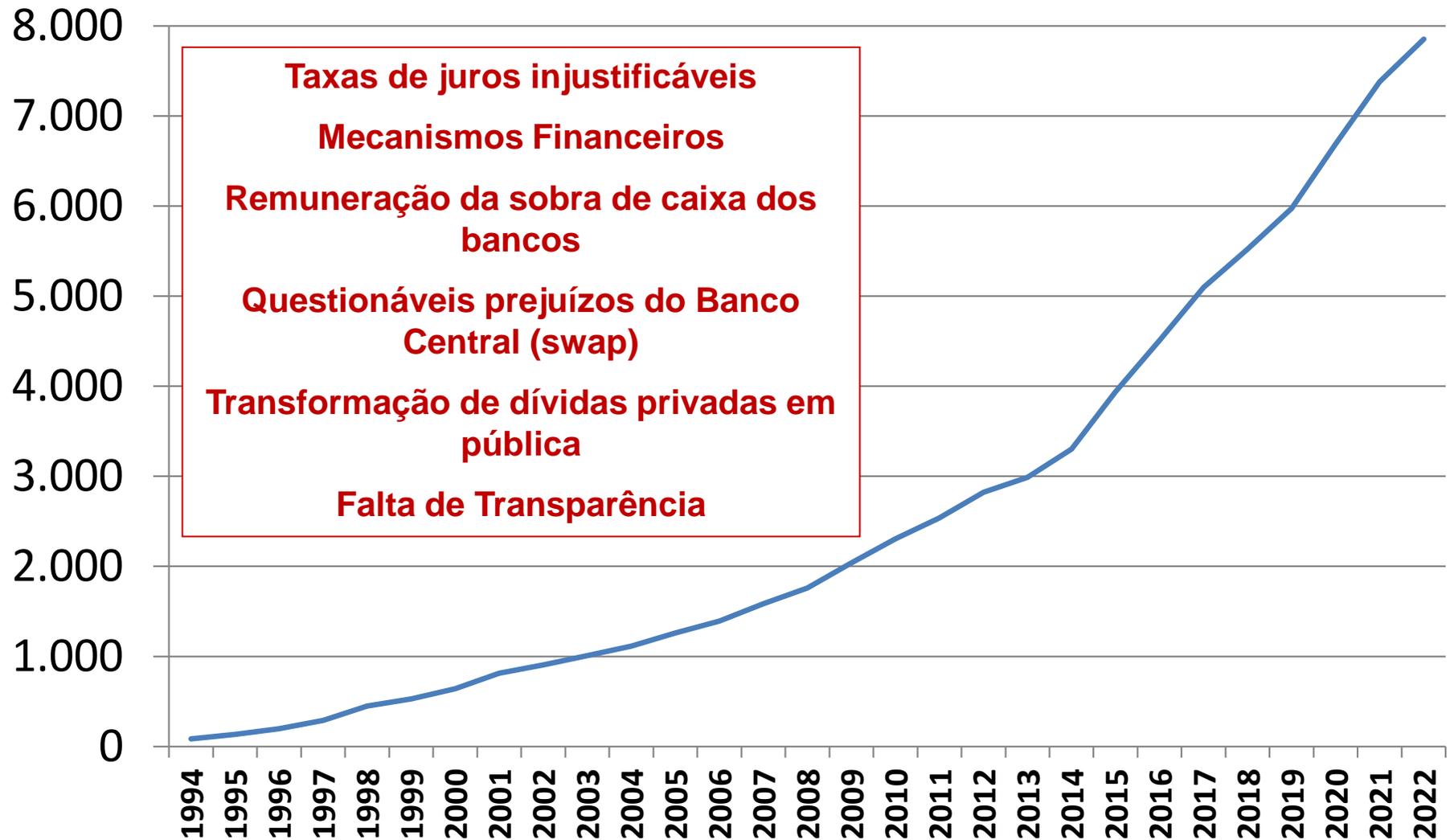
A dívida pública deveria ser um instrumento para financiar investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Principal característica: “dívida pública” sem contrapartida e atuação de mecanismos financeiros operados pelo Banco Central
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Apesar do Superávit Primário, a Dívida Pública explodiu

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,
a dívida interna federal aumentou de
R\$ 86 bilhões para quase
R\$ 4 trilhões no mesmo período.

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “Crise Fabricada”

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

2014 a 2022

Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais = R\$ 2,33 Trilhões

Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública = R\$ 1,19 Trilhão

RESULTADO = No final das contas, a Dívida Pública RETIROU R\$ 1,14 Trilhão das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaO Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

R\$ 40,1 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,5	0,18	17,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Taxas de juros reais anuais
no mundo desenvolvido

Juros negativos:

Zona do Euro: -4,61%

Japão: -3,29%

EUA: -0,94%

Taxa de juros real no Brasil:

8% ao ano



- Banco Central já aumentou a Taxa Selic para **13,75% ao ano**, sob a falsa justificativa de combater inflação.
- Aumentar juros NÃO serve para controlar a inflação que existe no Brasil, pois temos **INFLAÇÃO DE PREÇO** (principalmente combustíveis e alimentos), **NÃO DE DEMANDA**.
- <https://bit.ly/3AvifWZ>

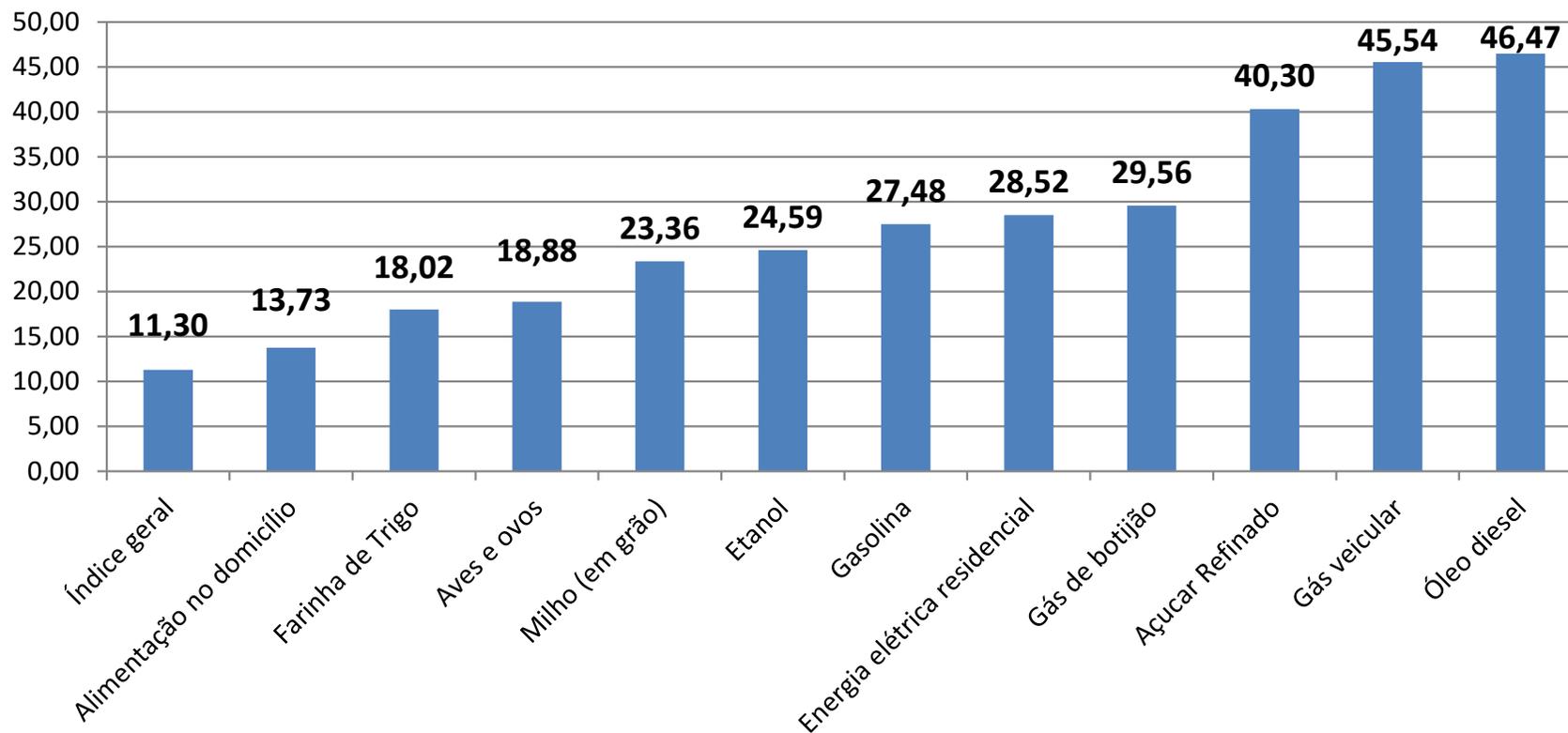
OS VERDADEIROS PROBLEMAS:

- Erros de política agrícola e agrária; privilégios para o agronegócio de exportação
- Preço de Paridade de Importação (PPI) praticado pela Petrobras, como se importássemos todo o combustível consumido aqui
- Refinarias sub-utilizadas, privatizadas ou cuja construção tem sido paralisada; fábricas de fertilizantes foram vendidas; falta de investimentos para privilegiar a distribuição de lucros a acionistas ...

Falsa alegação de Controle Inflacionário

De onde surgiu a inflação utilizada como justificativa para subir a Taxa Selic para 13,75% ao ano?

Inflação (IPCA) acumulada nos últimos 12 meses terminados em mar/2022
Índice Geral e itens selecionados (%)



O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos? O déficit está no Banco Central <https://bit.ly/3tTi0yX>



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 | Vicente Nunes | Economia

<https://www.youtube.com/watch?v=RJNHX82-CrQ&t=373s>

PRECISAMOS DE UMA CPI DO BANCO CENTRAL!

PRESSIONE SENADORES E DEPUTADOS COM APENAS 1 CLIQUE

ACESSE
WWW.AUDITORIACIDADA.ORG.BR

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

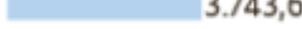
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-centra>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, a Câmara dos Deputados priorizou dar “autonomia” e aprovou os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

Bancos brasileiros estão entre os mais rentáveis do planeta enquanto o país retorna ao Mapa da Fome

Bancos mais rentáveis do mundo

Ranking de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) de instituições com mais de US\$ 100 bilhões em ativos

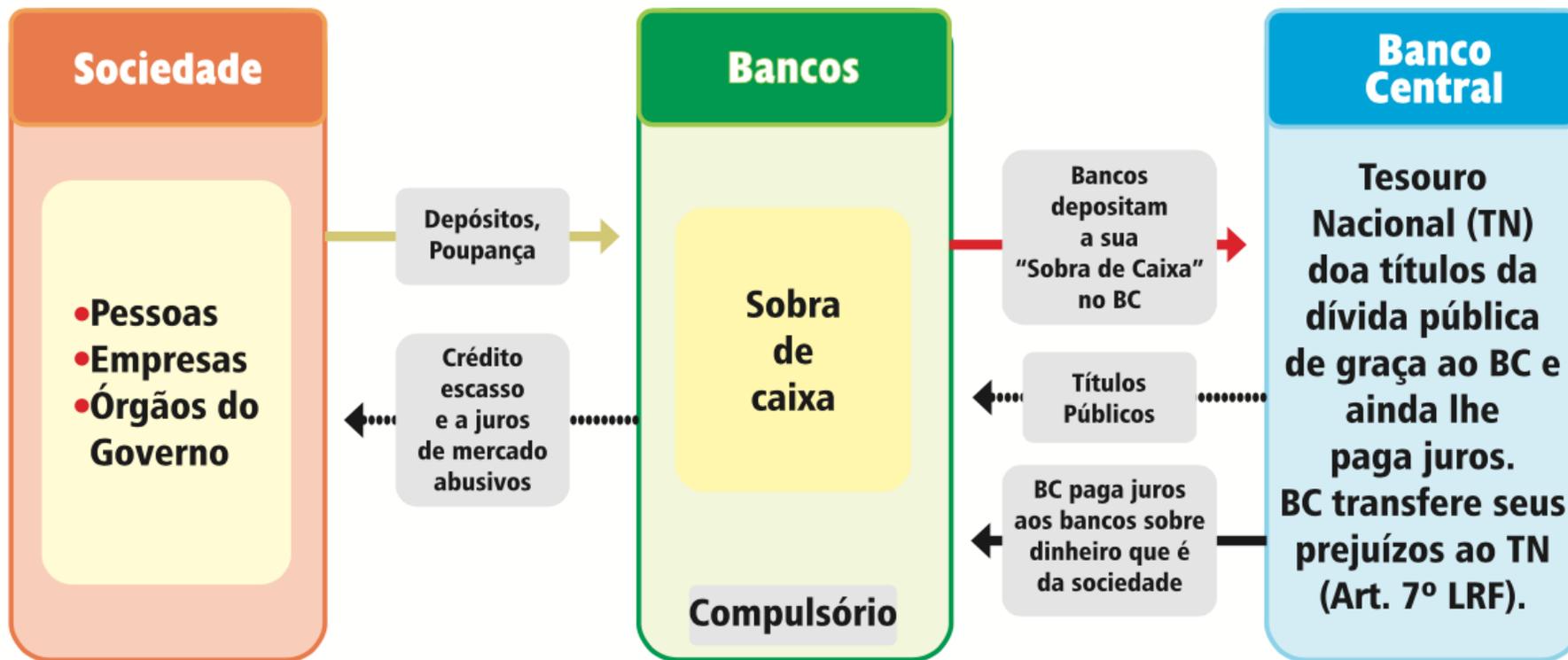
Banco	País	Ativos, em US\$ bilhões *	ROE, em %
1º Capital One	 EUA	 432,4	 20,4
2º Ally Financial	 EUA	 182,1	 19,3
3º Santander	 Brasil	 172,6	 18,9
4º Royal Bank of Canada	 Canadá	 1.379,9	 17,3
5º Itaú Unibanco	 Brasil	 388,1	 17,3
6º JP Morgan	 EUA	 3.743,6	 16,9
7º Banco do Brasil	 Brasil	 346,3	 15,7
8º Bradesco	 Brasil	 296,3	 15,2
9º Bank of Nova Scotia	 Canadá	 980,7	 15,1
10º SVB Financial Group	 EUA	 211,5	 15

*Conforme balanço de dezembro de 2021 | Fonte: Economática

Fonte: <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no
Brasil
ENTENDA

Materiais da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está
acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa e
acompanhe os próximos
passos
CONGRESSO NACIONAL



EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão
Legislativa Participativa (CLP) da
Câmara dos Deputados aprova
proposta legislativa pelo limite dos
juros no Brasil.

VOCÊ JÁ ESTÁ PARTICIPANDO?

ACESSE

DIVULGUE

PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacadapagina
 /auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo
totalmente

Concordo na
maior parte

Estou
indeciso

Discordo na
maior parte

Discordo
totalmente

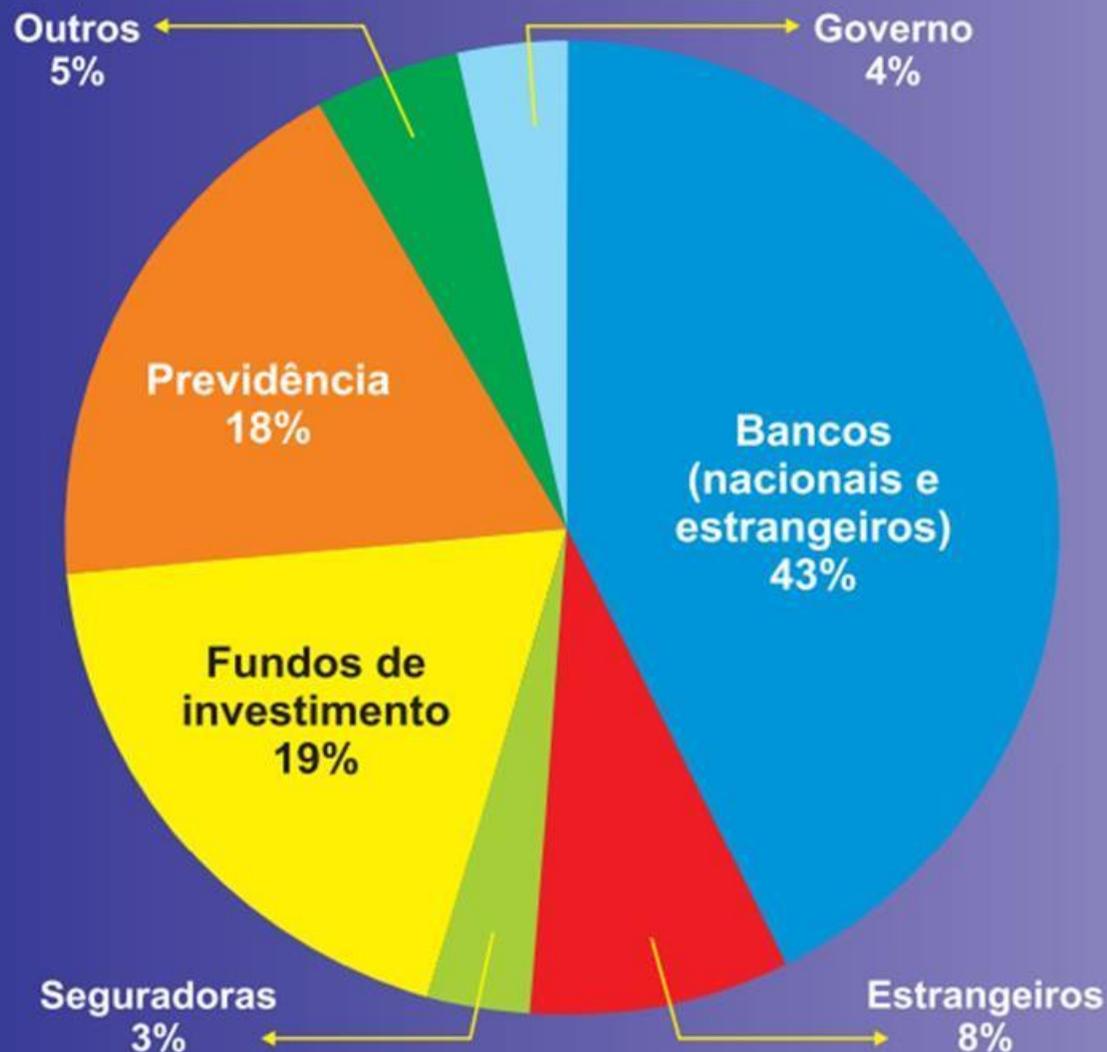
VOTAR

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacidada.pagina
 /auditoriacidada



<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

Beneficiários da Dívida Interna Federal – Out/21



Quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, Fundos de Previdência e Investimento, o governo se recusa a responder.

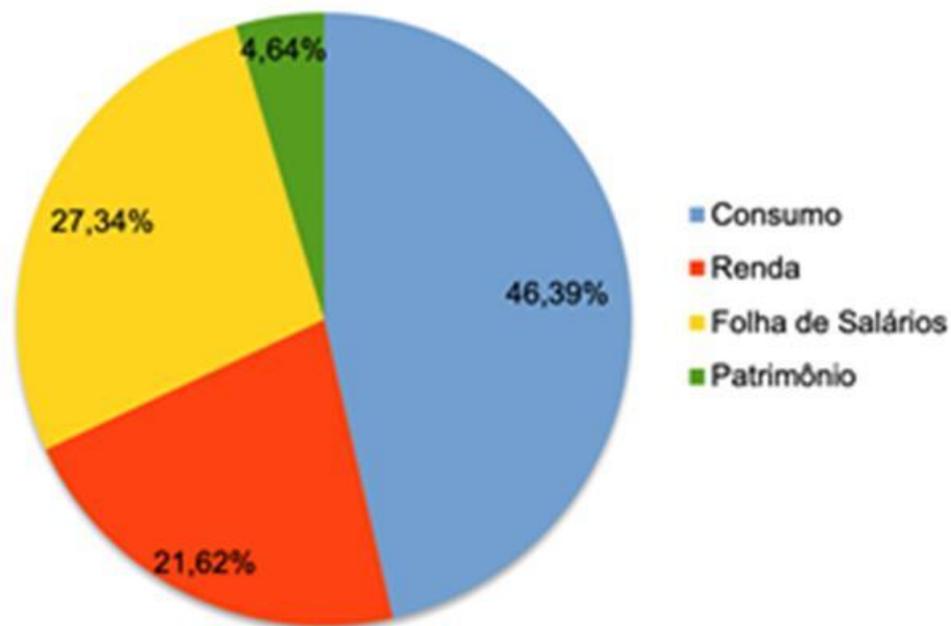
FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:14902, quadros 2.7 e 5.4. Foi acrescentado na rubrica "Bancos" o montante de Operações de Mercado Aberto (as chamadas "operações compromissadas") constante no quadro 5.4, uma vez que se trata principalmente de dívida do Banco Central com bancos. Além do mais, quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, o governo se recusa a responder.

MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SEGUNDO SUA INCIDÊNCIA

Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.291 bilhões
Carga Tributária em 2018: 33,26% do PIB
Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal



Fonte: Receita Federal.¹¹ Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota 1: O item "Tributos sobre Transações Financeiras", que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, tendo em vista que o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.

Nota 2: O item "Outros Tributos" representa 0,01% do total e não foi incluído no gráfico, por impossibilidade de representação gráfica.

No Brasil, a carga tributária está concentrada principalmente sobre o consumo e a renda do trabalho, livrando da tributação grande parte da renda e do patrimônio dos mais ricos.

O gráfico mostra também a flagrante injustiça da incidência tributária, que **pesa mais sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres**, que destinam todas as suas disponibilidades para o consumo.

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS - UNIÃO

- Escandalosa isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios de bancos e empresas
- Falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Dedução de juros sobre o capital próprio
- Isenção de remessas de lucros ao exterior
- Isenção de IR sobre ganhos de estrangeiros que aplicam em títulos da dívida interna brasileira
- Incentivos à exportação, que beneficiam principalmente as grandes *Trading Company* das áreas de *commodities* (grande agronegócio e mineração) que têm provocado crescente dano ambiental, e outras exportadoras.
- Na esfera federal os incentivos à exportação contemplam o Imposto de Exportação, IOF, PIS, COFINS e IPI, além de outros benefícios creditícios (empréstimos do BNDES por exemplo). Adicionalmente, as taxas de exploração do meio ambiente são irrisórias (TCFA) e os royalties de minério cobrados no Brasil são os menores do planeta .

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – ESTADOS

- **Injustificada isenção de ICMS sobre exportação (Lei Kandir)**
- **Baixa tributação sobre heranças**
- **Falta de incidência de IPVA sobre helicópteros, jatinhos, iates, lanchas e outras embarcações e aeronaves de luxo.**

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – MUNICÍPIOS

- **Perdas com as renúncias praticadas em âmbito federal (Imposto de Renda e do IPI por exemplo) e estadual (ICMS e outros tributos), pois parte da arrecadação desses tributos é devida aos municípios.**
- **Os municípios praticam renúncias fiscais de ISS para atrair empresas e concedem isenções de ISS para incentivar exportações.**
- **Adicionalmente, deixam de aplicar a progressividade do IPTU, que possibilitaria arrecadar mais com imóveis de luxo e reduzir alíquotas de regiões empobrecidas.**

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida do BC



➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil <https://bit.ly/3oBmlG5>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- Participar das convocações na página www.auditoriacidada.org.br

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO